



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638532 - MG (2021/0001083-1)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : ANDRE LUIS CERINO DA FONSECA E OUTROS
ADVOGADOS : SÉRGIO LUIZ DE ALMEIDA PEDROSO - SP074389
ANDRÉ LUÍS CERINO DA FONSECA - SP225178
THIAGO FELÍCIO DE OLIVEIRA LIMA - SP400794
AMANDA BORGES MARUYAMA - SP414506
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MICHEL MESSIAS RAMOS (PRESO)
CORRÉU : MAURICIO BARBOSA RAMOS
CORRÉU : MARCOS ALBERTO RAMOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MICHEL MESSIAS RAMOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (N. 1.0000.20.070469-0/000).

O paciente foi condenado à pena de 15 anos e 3 meses de reclusão em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 61, II, *h*, ambos do Código Penal, contra a vítima Izadora Gomes de Pontes, e 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 61, II, *h*, na forma do art. 14, II, todos do Código Penal, contra as vítimas Jumara Gomes e Kauany Gomes Pontes. Ao paciente foi negado o direito de recorrer em liberdade.

O impetrante sustenta erro na formulação dos quesitos levados à votação dos jurados, falta de fundamentação idônea para a manutenção da prisão do paciente e ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar.

Requer, em pedido liminar e no mérito, seja revogada a prisão preventiva do paciente.

Subsidiariamente, requer a substituição da medida extrema por medidas cautelares diversas da prisão ou a anulação dos quesitos 28 e 29 (conforme transcrição da petição de *habeas corpus*).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente